

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Ata N.º 11

Sessão ordinária realizada a 30-04-2024

Aos trinta dias, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária, pelas vinte e uma horas, na sala de sessões da Delegação da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, na Rua Ilha do Príncipe, Nº2, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM - Relatório de Atividades e Conta de Gerência de janeiro a dezembro/2023.

PONTO DOIS - Inventário de bens, direitos, obrigações patrimoniais da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e respetiva avaliação.

PONTO TRÊS - Alteração ao Regulamento de Utilização do Autocarro da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.

PONTO QUATRO - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A sessão foi presidida por Francisco José Soares dos Santos (PS), Presidente da Mesa, Nuno Miguel Cardoso Tereso (PS), Primeiro Secretário e Carlos Manuel da Encarnação Canelas (PS), Segundo Secretário.

Participaram em conformidade com a lista de presenças (Anexo I) que faz parte integrante desta ata, para além dos acima mencionados, os seguintes deputados: **PS** - Fátima de Jesus Lisboa Gonçalves, Alexandra Sofia Pinelas da Silva, Carla Alexandra Prata. **CDU** - João Carlos Cavaco Peres, Joaquim António Batalha, Fernando Paulo Balreira, Susana Simões da Cunha. **PSD** - Luís Miguel Matos Garrett, João Filipe de Sousa Massacote, César David Duarte, Elsa Filipa

Canastreiro Faria. CDS - Dora Maria Baeta Leitão. BE - António Luís Costa Oliveira. IL - Maria João Castanheiro. CHEGA - João Miguel Poças Marcelino.

Solicitou substituição para esta assembleia, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro:

Deputado João Barata (PS), tendo sido substituído pela Deputada Alexandra Sofia Silva.

Deputada Sofia Almada (PS), tendo sido substituída pela Deputada Carla Prata.

Deputada Cátia Veiga (CDU), tendo sido substituída pelo Deputado Fernando Paulo Balreira.

Deputado Ricardo Amado (IL), tendo sido substituído pela Deputada Maria João Castanheiro.

Deputado Pedro Miguel Moço (PS), não tendo sido substituído.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** de seguida indicou a correspondência recebida e expedida, bem como as deslocações e presenças realizadas em representação da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro.

De seguida deu início ao período para a intervenção do público.

Usou da palavra o senhor **Fernando Ramalho**, cumprimentou todos os presentes e disse: “Senhor presidente gostava de perguntar se de facto a estrada velha da Lançada não pertence à União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro? procuro ao senhor presidente por qual motivo é que a estrada velha da Lançada esteve cortada durante quase um ano e meio a nível daquele desabamento de águas? vinha também procurar ao senhor presidente qual o motivo que agora se varre as ruas com uma aranha? no meu no meu tempo era com uma vassoura, assim não vamos a lado nenhum. Pergunto outra coisa ao senhor presidente será que não há autoridade dentro do Afonsoeiro? Os estacionamento no prolongamento das curvas é a 5 metros e continuam em cima das curvas em qualquer local, meteram para aqui meia dúzia de sinais dentro do Afonsoeiro,

há que realmente corrigir e ver as coisas nos devidos lugares, aqui à frente na rua de Angola vemos a desgraça que se está ali a passar, a GNR proibiu realmente os dois sentidos mas continua a haver carros estacionados de um lado e outro, aqui na rua de Moçambique a mesma coisa, afinal como é que estamos onde está o código de estrada onde é que está de facto a legislação?”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Vamos dividir aqui aquilo que o senhor Fernando Ramalho disse em duas situações, a primeira em relação ao corte e à manutenção da estrada que falou, há aqui uma situação embora se situe na freguesia do Montijo e Afonsoeiro há limites que são da responsabilidade da Câmara Municipal e são eles que decidem o que é que está cortado, e o que não está, se bem que nós tenhamos reuniões regulares onde vamos dizer o que se passa connosco e o que pretendemos, mas são os técnicos com os chefes de divisão e os seus trabalhadores que vão determinar quando é que fazem determinado trabalho, nós dizemos o que achamos bem e o que achamos mal, mas não temos uma interferência direta nessa situação. Relativamente à limpeza, e aí, portanto eu posso dizer que vou questionar a quem está a fazer limpeza, efetivamente o que está previsto naquela rua e noutras é a limpeza com a varredura manual e com a varredura mecânica. Quanto à autoridade no Afonsoeiro posso lhe dizer se calhar perdi a conta, nas reuniões que tive com a GNR porque infelizmente por um lado felizmente por outro, não temos condições para muito mais, a Junta de Freguesia e até a própria Câmara municipal, pouco ou nada podem fazer em relação à má gestão do código da estrada, isso compete às autoridades. Vou novamente reunir com a GNR, para informar que mais uma vez houve fregueses que alertaram para a má situação do trânsito no Afonsoeiro. Agradeço a sua intervenção”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Deputado António Oliveira (BE)** leu uma Saudação (Anexo II) que faz parte integrante desta ata. De seguida disse: “Quero deixar aqui um à parte e chamar a atenção de outros trabalhadores, isto não foi feito por mim, foi feito pela inteligência artificial é um tema que devemos estar em alerta, todos nós

somos trabalhadores, há trabalhos e postos de trabalho que estão em risco, estamos no momento de uma revolução e estamos todos a olhar para o lado e ninguém pensa nisso, estamos a ser substituídos pelas máquinas isto é um problema vai abranger a todos”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “É um tema que dava muita discussão e em algumas coisas concordo perfeitamente com aquilo que disse”.

O senhor **Deputado João Marcelino (CH)** no uso da palavra leu vários contributos (Anexo III) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Refere-se aos monos em que zonas da freguesia?”.

O senhor **Deputado João Marcelino (CH)** disse: “ Eu confesso que não sei porque não fui eu o autor desta sugestão, foi um munícipe que insiste, não sei detalhes”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Hoje há Assembleia Municipal e o senhor Deputado tem lá uma colega de bancada, se não me levar a mal, sugeria que a sua colega entregasse tudo isso lá, porque são eles que têm de responder e não nós. Em relação aos monos, o senhor Deputado devia saber que a Junta tem a responsabilidade de recolher os monos e tem recolhido diariamente, mas na zona Este da freguesia, ou seja Esteval, Areias e Afonsoeiro e isso está a ser feito com regularidade, nem é preciso contactos porque as pessoas depositam os monos à noite, de manhã ou à tarde e se não for no próprio dia, no dia seguinte é recolhido, mas dentro dos locais que estão abrangidos no auto de transferência que nós fizemos com a Câmara Municipal”.

A senhora **Deputada Susana Cunha (CDU)** leu uma Saudação (Anexo IV) que faz parte integrante desta ata.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** leu uma Declaração Política (Anexo V) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha** (CDU) leu uma **Moção** (Anexo VI) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Deputado João Peres** (CDU) no uso da palavra disse: “ Quero saudar todos aqueles que organizaram e contribuíram para a exposição que está patente no Museu e que desde já deixo o convite a todos, que é sobre o Clube Desportivo do Montijo, clube fundado a 1 setembro de 1948 e que muitas glórias e grandes desportistas, grandes homens deram sempre à cidade em várias modalidades e também dar aqui essa saudação a quem organizou principalmente ao Ateneu Popular do Montijo e a outros que contribuíram para ajudar a que essa exposição tenha sucesso e agora senhor Presidente deixar aqui as nossas questões, começo por uma questão colocada por um freguês e que tem a ver com o “glifosato”, uma vez que é a União de Freguesias que faz a limpeza, pergunto se é usado nas ruas do Montijo e Afonsoeiro já que nos relatórios da água não consta a análise ao “glifosato” e como sabemos é extremamente perigoso para os solos tornando-os não férteis e acima de tudo para os aquíferos, que depois em conjunto com a água poderá trazer aqui de facto reais problemas, relativamente aqui a outras questões que nós já trazemos ao longo do tempo, saber se de facto a União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro teve capacidade para os resolver nomeadamente a questão do campo de jogos das Janelas do Parque se a manutenção já está assegurada pelo senhor Presidente, e às obras que estava sujeito assim como os bancos de jardim que estão lá nessa zona, se as papeleiras na zona ribeirinha, na rua António Fortunato de Sousa, assim como as papeleiras ao longo das ciclovias e os respetivos bebedouros já foram colocados, se os planos de segurança rodoviária já tiveram a limpeza a que o senhor Presidente tinha dito que ia efetuar, e volto aqui a reforçar a colocação de outros em zonas que são primordiais para que o trânsito flua com segurança acima de tudo, na rua Egas Moniz no estacionamento não existe visibilidade colocaram um “molok” mesmo junto à estrada isso é outro problema aqui no Montijo, colocam os “moloks” sem perceberem se aquilo tira a visibilidade das estradas, no Largo Conde Ferreira temos um problema porque antigamente não havia ali muito trânsito, mas agora há, aquele largo tem quatro saídas e quatro entradas obrigatoriamente, mas é sempre uma confusão, portanto solicitava a colocação

de um espelho de segurança rodoviária ou outra situação para que em conjunto precaver a situação, assim como também já foi pedido a colocação dos mesmos no cruzamento da Rua Bulhão Pato com a Rua José Nepomuceno, junto à caixa geral de depósitos, assim como na Rua das Taipas, relativamente à limpeza das placas toponímicas e arranjos que tínhamos solicitado, ao qual o senhor presidente tinha pedido à bancada da CDU para enviar um e-mail com as respetivas ruas ao qual nós, no dia seguinte enviamos precisamente todas essas ruas que necessitavam, se de facto já existiu essa limpeza e os arranjos? ainda em relação à questão das papeleiras ali no jardim do largo da feira aquilo tem lá um “robidog” que não está a ser utilizado, as pessoas colocam lá lixo, só existe uma papeleira e está muito degradada e portanto existe sempre muito lixo naquela zona, no largo Gomes Pólvora, matém-se a mesma situação, o passeio continua por arranjar o estacionamento não tem qualquer marcação e é um caos para estacionar, portanto gostávamos de saber se já foram retificadas quando é que têm resolução porque estamos a falar aqui de situações algumas delas desde o início deste mandato, portanto fica aqui também uma vez mais reforçado pela bancada da CDU para a resolução desses mesmos problemas”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Muito obrigado pelas informações e sugestões que nos trouxe, estou de braço dado consigo no que diz respeito a comemorar e saudar o nosso saudoso e glorioso Clube Desportivo do Montijo, do qual tive a honra de pertencer como a atleta e dirigente e que tenho algumas recordações muito gratas e aquela exposição que diz, retrata efetivamente muito pouco do muito que aquele clube já nos deu e isso é bom. Relatório da água dos SMAS não temos rigorosamente conhecimento nenhum, não temos rigorosamente nada a ver com isto, a limpeza do Afonsoeiro portanto não passa por aí, em relação ao campo de jogos estamos com alguma dificuldade em arranjar empresas, penso que ainda no decorrer do próximo mês essa situação está resolvida, bancos de jardim, também já nos foi apresentado orçamento, é mais uma situação que está a ser tratada, papeleiras muitas delas já foram colocadas, espelhos rodoviários também está a ser feito, Largo Conde Ferreira há bastante movimento, mas quem tirou a carta sabe perfeitamente quando é

que tem prioridade, penso que um dos grandes problemas que há ali é o estacionamento abusivo”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “ Há uma situação que está a acontecer aqui no Afonsoeiro e a Junta deve saber o que se está a passar, neste momento estão a substituir postes de madeira onde estão feitos os suportes dos cabos de telecomunicações que não estão pelo chão mas estão por via aérea, e estão a substituir por postes de betão de cimento, mas na Rua Pedro Vaz Caminha, estão a substituir vários postes de madeira por postes de madeira, já tinha alertado para esta situação, até na Assembleia Municipal para ser considerado a colocação desses fios de telecomunicações enterrados na rua e depois serem colocados nas casas onde estão feitas as ligações, eu sei que não é da competência da Junta, mas se fosse possível fazer essa chamada de atenção às empresas de comunicações”.

O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “Em relação a esta situação tão delicada, falamos com a Câmara inúmeras vezes para fazer chegar às empresas de telecomunicações, o que fazia sentido, era que os cabos começassem a passar pelo chão.

O senhor **Deputado António Oliveira (BE)** disse: “Neste tempo o pedido de ajuda às famílias carenciadas tem aumentado ou está estável?”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Neste momento não há aumento, pontualmente aparece uma situação que é prontamente resolvida, eu gostaria que não houvesse, mas infelizmente ainda há”.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse: “O grupo de trabalho para alteração ao regimento, já reuniu, vamos ver se no próximo mês se consegue fazer uma reunião extraordinária para podermos discutir e votar as novas propostas ao regimento, em relação à moção apresentada pela bancada da CDU, que foi enviada durante o dia de hoje, mas na parte onde se lê a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro reunida a 30 de abril delibera, nós ainda não deliberamos esta moção”.

A senhora **Deputada Fátima Lisboa (PS)** disse: “A questão é aceitarmos ou não, em virtude de ter só sido enviada hoje e, portanto, se deliberarmos aceitar

votar a moção, eu aproveito já para pedir cinco minutos, até porque a leitura que foi feita não está em conformidade com o documento que nos chegou”.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** disse: “No ponto 5 da moção onde diz dar concretização ao processo de reposição da Freguesia do Montijo e Afonsoeiro, tal como deliberado por esta Assembleia de Freguesia, era retirar este ponto e colocar dar concretização ao processo de reposição das Freguesias agregadas”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** disse: “Está aberta a discussão da **Moção No Quinquagésimo Aniversário da Revolução - Comemorar Abril, Afirmar e Valorizar o Poder Local Democrático da Bancada da CDU.**”

Não houve discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a Moção.

Deliberação: Aprovada, com 11 votos a favor (4 CDU, 6 PS, e 1 BE), 1 abstenção (1 IL) e 6 votos contra (4 PSD, 1 CH e 1 CDS).

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à discussão a Ata nº10.

Não houve discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a Ata nº10 e disse: “Por lapso não está incluído na ata a página nº2 do documento enviado pela Bancada do CH, se os deputados aceitarem, depois será enviado a ata com a respetiva página”.

Deliberação: Aprovada por unanimidade pelos membros que estiveram presentes na reunião a que respeita a referida ata.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM - Relatório de Atividades e Conta de Gerência janeiro a dezembro/2023.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Umas breves palavras em relação ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, senhores e senhoras deputadas, senhor

presidente da assembleia de freguesia, público em casa, a prestação de contas que hoje aqui apresentamos reflete o trabalho que este executivo desenvolveu durante o ano de 2023, este é para nós um dos documentos mais importantes e significativos da vida política local e representa o rigor e a transparência das nossas contas, todos sabemos que sendo a nossa Junta de Freguesia uma Junta sede de Concelho, temos as nossas limitações que nos impedem de ir muito mais além, ainda assim usamos o dinheiro público em prol dos nossos fregueses e de acordo com as nossas opções evidenciada no nosso programa eleitoral e que foi aprovado pela maioria dos nossos eleitores, tomámos as nossas opções, agimos de acordo com os nossos critérios e principalmente demos atenção aos setores mais importantes para nós, a educação, a ação social, o associativismo, o desporto e a cultura, para nós os números hoje aqui apresentados apenas servem para provar que temos as contas certas, e que somos rigorosos com os dinheiros públicos, porque este executivo da junta de freguesia continuará até ao final do nosso mandato a ter como primeira prioridade assegurar o poder local democrático e o bem estar dos nossos fregueses. Estou disponível para qualquer esclarecimento”.

A senhora **Deputada Alexandra Silva (PS)** leu um documento (Anexo VII) que faz parte integrante desta ata.

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** no uso da palavra disse: “O documento que vou ler vai servir como Declaração de Voto (Anexo VIII) que faz parte integrante desta ata”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Breves palavras até porque teríamos muita discussão sobre isto, dois realces muito importantes que eu quero aqui deixar, primeiro realce é que efetivamente o senhor deputado Batalha leu este documento o que para mim já é muito bom, em segundo lugar há aqui muita coisa que não deveria ser dita por si, ainda por cima o senhor deputado já teve a felicidade de ser presidente de uma junta, e sabe perfeitamente como é que as coisas funcionam e o que é que transcreve, digamos assim, um documento como este em relação a uma ou duas coisas só, que eu quero salientar, porque efetivamente o senhor deputado ficou aqui com alguma dúvida, eu acho que não quero que fiquem com dúvidas nenhuma em relação aos dinheiros que são

públicos e que são comprovados, por exemplo o dizer que não sabe o que é que se gastou e tem aqui uma rubrica global, também não sabe o que é que se gastou no natal, nas festas e por aí fora, senhor deputado trimestralmente é apresentado contas aos deputados onde vêm os gastos feitos em determinadas áreas, em determinadas rubricas, este documento é um documento que não é feito à vontade da freguesia, é assim que se faz e não é só no Montijo, é em todas as juntas e há rubricas que são únicas, que são juntas e que vem aqui o valor global, portanto não há aqui qualquer intuito de esconder o que é que se gastou quer no natal, quer no carnaval, nos sons do Montijo, até porque no site da Junta estão todas as propostas que nós levamos às reuniões do executivo e trimestralmente apresentamos aqui as contas, portanto, é uma situação em relação ao PPI, o senhor deputado também poderia e deveria saber uma vez que também já passou pela presença de uma junta e neste caso concreto, nós pusemos no PPI o valor da totalidade que iríamos gastar ou do que vamos gastar em relação aos polidesportivos, através da candidatura ao PRR e que por razões óbvias, ainda não foi transposto e transferido para a Junta do Montijo todo o valor, porque ainda estamos numa fase que nem sequer o concurso foi aberto, por isso, não podemos ter as verbas no PPI já gastas, porque ainda não fizemos, em 2025, com toda a certeza teremos resultados positivos em relação àquilo que planeamos há um ano atrás, por fim também para não falar muito em relação ao orçamento, no que disse ao cuidado que devemos ter com os atestados, com as licenças e por aí fora, o senhor deputado, sabe a lei regra que nós temos que apurar e transcrever no orçamento essas verbas, sabe perfeitamente que temos que fazer um apanhado dos últimos dois anos da junta e não podemos se fizemos nos últimos dois anos quatrocentos euros em atestados, não podemos pôr no orçamento seguinte mil ou mil e duzentos euros porque isso não é permitido, acho que é um bom exemplo o que o senhor deputado dá em ler com atenção o documento”.

O senhor Deputado Joaquim Batalha (CDU) disse: “Eu tenho esse defeito, eu gosto de ler e gosto pelo menos fazer a interpretação dos números que nos aparecem e que podem-nos colocar algumas dúvidas, não dúvidas de má gestão, mas dúvidas de posições políticas que se tomam, quando nós gastamos o dinheiro, por isso é que esta questão é levantada, já agora fez aqui uma

referencia e como eu gosto de ler, no relatório de atividades que o senhor Presidente mandou, aquela rubrica que eu disse para as atividades culturais, onde está incluído o 25 de Abril, festa de verão e festa de natal, aqui neste documento continua a estar junto, não está separado, por isso é que o senhor Presidente disse para consultar este documento que aqui está separado, mas não está, o que eu sugeri e gostaríamos saber, a não ser que venha à parte, o senhor Presidente pode se quiser fazer um relatório que apresenta no início das contas e pode lá dizer como faz aqui em outras rubricas e coloca lá quanto é que gastou, também pode colocar e era bom que soubéssemos quanto é que gastamos na festa do 25 de Abril, verão e natal, era importante nós sabermos isto, a nossa bancada tinha interesse em saber”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Estamos a falar de documentos diferentes, esse documento é o relatório que vou apresentar no final, não faz parte deste documento que estamos a discutir, eu vou-lhe explicar que o senhor não está a ver isso corretamente, mas ficará para o fim, mas nesse relatório de atividades, está explicito por exemplo os apoios financeiros que demos às coletividades, o CNC-AP que é a contabilidade que a junta tem, tem as suas regras, o senhor deputado tem toda a liberdade não só de visitar a junta e consultar os movimentos contabilísticos que fazemos diariamente, como pode consultar o nosso site e ver todas as deliberações que levamos às reuniões do executivo, senhor deputado alguma dúvida teremos todo o prazer em esclarecer, porque as contas são certas, não há aqui nada a esconder, para que não fique qualquer tipo de dúvidas o CNC-AP que é a aplicação que a contabilidade está obrigada a ter”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação o ponto um Relatório de Atividades e Conta de Gerência janeiro a dezembro/2023.

Deliberação: Aprovado, com 11 votos a favor (6 PS, 4 PSD, 1 IL), 7 abstenções (4 CDU, 1 BE, 1 CDS e 1 CH) e zero votos contra.

PONTO DOIS - Inventário de bens, direitos, obrigações patrimoniais da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e respetiva avaliação.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Este documento não tem votação é só para dar conhecimento”.

PONTO TRÊS - Alteração ao Regulamento de Utilização do Autocarro da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Nós tínhamos um regulamento do autocarro, que é o que os senhores têm, aí, a única alteração substancial que fizemos é a retirada do ponto 2, porque quando nós comprámos o autocarro em 2014, havia portanto alguma dificuldade em que o autocarro saísse do país, porque os gastos seriam muito elevados, as coisas alteraram-se portanto o que nós gastamos em termos de seguro por exemplo aqui em Portugal é o gastamos na União Europeia e os custos do gasóleo também, e quando são as entidades a pedir suportam os gastos, face também ao aumento de solicitações nomeadamente até Espanha, entendemos nós no executivo levar esta alteração a uma reunião do executivo, mas como é um regulamento externo terá que ter a aprovação dos senhores deputados”.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** no uso da palavra disse: “Antes de mais quero agradecer as palavras elogiosas do senhor Presidente da Junta, em dizer que a bancada da CDU em concreto ler os documentos, isso é bom, nós não temos a cultura do silêncio, nunca tivemos nem nunca vamos ter, uma vez mais vamos demonstrar aqui, precisamente com algumas dúvidas que temos relativamente à questão da alteração ao regulamento do autocarro, a primeira dúvida tem a ver com esta alteração, gostávamos de saber se foi promovida só pelo executivo, ou teve a participação direta das coletividades, associações, clubes, escolas de alguma forma a melhorar substancialmente este regulamento com a cedência do autocarro, porque são de facto as pessoas que utilizam e poderiam dar aqui um contributo para essa mesma situação, se existisse até mesmo com fregueses, que também utilizam e que poderiam melhorar significativamente também este regulamento, depois temos aqui algumas dúvidas no artigo 3 ponto 5 e que passo a citar, a cedência do autocarro poderá ser mudada mesmo depois de confirmado em caso de avaria ou qualquer outro motivo imprevisto, que não permita a efetivação do serviço, não sendo devida por isso qualquer indemnização ao requerente, nós compreendemos

claramente que um imprevisto pode acontecer, a nossa dúvida, é se existe algum “plano “b” por assim dizer ou alguma situação que possa salvaguardar eventualmente esse imprevisto e para que não existam transtornos por parte das entidade requerentes do autocarro, porque podemos estar aqui perante um problema grave devido aos compromissos de quem vai solicitar o autocarro, portanto existe aqui algum “plano “b” para salvaguardar precisamente essa situação? Outra situação, não compreendemos no artigo 7, o ponto c, que diz os danos corporais ou materiais, causados a terceiros no interior ou exterior do autocarro em consequência de atos praticados pelos utentes durante a circulação do autocarro, nós não compreendemos muito bem o que é que isto quer dizer, depois aqui no artigo 11, nas sanções o não cumprimento do presente regulamento implica entre outras sanções a suspensão de futura cedência, por um período nunca inferior a 180 dias e suspensão definitiva em caso de reincidência, aquilo que nós sugerimos é que mediante a gravidade da situação estes 180 dias não exista, nomeadamente para um grupo e que no caso de reincidência, depois passado esses 180 dias, têm a possibilidade de voltar a ter o autocarro, mas mediante a gravidade da situação e aqui importava salvaguardar isso, esse grupo, essa coletividade, esse clube nunca mais pudesse usufruir do autocarro mediante um relatório ou inquérito aberto, porque estamos a dar aqui uma segunda oportunidade a uma situação que pode ser gravíssima e que no regulamento existe essa possibilidade, portanto são estes ponto e uma vez mais demonstra que a bancada da CDU está atenta aos documentos recebidos”.

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Senhor deputado Peres, logicamente que estas alterações vêm de acordo com o que ao longo dos tempos nós vamos ouvindo de quem usufrui do nosso autocarro como é lógico, esta alteração foi efetivamente, ouvindo alguns reparos dos utentes do autocarro, das associações, instituições, clubes, que nos solicita, relativamente ao plano “b” que o senhor referiu, eu não posso arranjar um “plano “b”, porque não sei se vai haver avaria ou não, portanto cada vez que eu cedo o autocarro tenho de ter um autocarro sobreaviso, não podemos fazer uma situação destas e não tem de vir aqui escrito, nem tem que ser considerado um “plano “b”, vamos supor que o autocarro é cedido às escolas do Olímpico, os atletas entram no autocarro

e o autocarro avaria, o que nós podemos fazer é ver se o autocarro da Câmara Municipal está disponível, não podemos ter um autocarro de reserva porque isso é impossível, relativamente a danos corporais, obvio que a Junta de freguesia não tem de ser responsável pelos danos, artigo 11 as sanções, eu concordo consigo, mas temos de ver isto como deve ser, diz um período nunca inferior a 180 dias, o que quer dizer que pode ser um ano, dois ou até dez anos, esta alteração foi feita com base daquilo que ouvimos das coletividades, associações, clubes e dos nossos seniores que vão muita vez connosco e que também vão nos dando algumas indicações, por isso foi feito em conjunto e apresentamos aqui porque entendemos que é uma mais valia para nós e para quem usufrui do autocarro.”

O senhor **Deputado Joaquim Batalha (CDU)** no uso da palavra disse: “Ainda relativamente ao ponto 5, como isto não fica regulamentado é uma questão que fica inócua e depois pode ser mais complicado para os utentes ou para a organização ou até mesmo para a Junta de Freguesia a forma como se deve resolver, o problema que se coloca é o seguinte, existe uma organização isto é um exemplo, que vai fazer uma deslocação a um determinado sítio do país, onde marcou um restaurante e fez o pagamento antecipado, ou um grupo desportivo que vai à final de uma taça, o autocarro avaria e não há solução para estes problemas, a ideia que eu coloco aqui para o problema, era que a Junta de Freguesia colocasse aqui uma alínea neste ponto, onde referia-se que a junta fazia todos os esforços para a resolução do problema.”

O senhor **Presidente do Executivo** disse: “Continuo a não entender essa situação, até porque é totalmente impossível nós podermos resolver, é humanamente impossível eu estar aqui a colocar uma situação que eu sei que não vou conseguir fazer e estar aqui a escrever a dizer que caso haja uma avaria a Junta vai tentar, não resolve rigorosamente nada”.

O senhor **Deputado António Oliveira (BE)** disse: “Na minha opinião estamos aqui a discutir uma coisa que é tão singular e particular que arranjava aqui uma série de casos diferentes, o artigo 10, relativamente ao funcionamento também diz que em casos excecionais, os pontos anteriores serão avaliados pelo executivo da junta que tem autoridade para decidir o que é para fazer, se o

autocarro tiver em andamento e avariar tem um seguro que é acionado, estamos a falar aqui é no arranque e eu tenho a certeza absoluta que este executivo ou outro qualquer independentemente da cor, não ia deixar as pessoas penduradas lá no sítio, havia de se arranjar uma solução”.

O senhor **Deputado João Peres (CDU)** disse: “Quero aqui só referir e reforçar que só estamos a dar sugestões para melhoramento precisamente à alteração do regulamento e colocamos aqui todas as dúvidas legítimas que temos.”

O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “Eu acho que já estamos aqui a perder tempo a mais com isto e essa sua intervenção não tem qualquer sentido e não é minha intenção fazer qualquer pressão”.

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação o ponto três **Alteração ao Regulamento de Utilização do Autocarro da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro**.

Deliberação: Aprovado, com 16 votos a favor (6 PS, 2 CDU, 4 PSD, 1 CDS, 1 IL, 1CH, 1BE), 2 abstenções (CDU) e zero votos contra.

PONTO QUATRO - Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

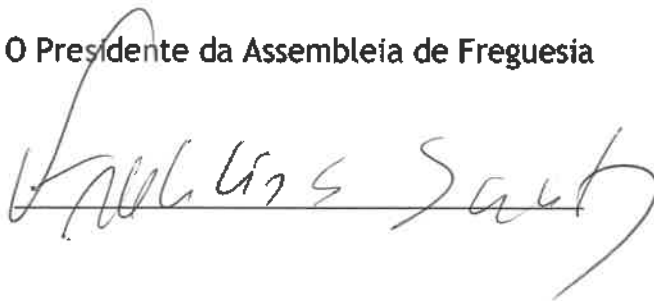
O senhor **Presidente do Executivo** no uso da palavra disse: “estou disponível para qualquer esclarecimento”.

Não houve intervenções.

E, nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, (Anexo IX), e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim Vera Ferraz que a redigi.

Deu-se por encerrada a ordem de trabalhos eram vinte e três horas e cinquenta minutos.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Paulo Luís Sá", written over a horizontal line.

O 1º Secretário

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Nuno Filipe Santos", written over a horizontal line.

A 2ª Secretário

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João", written over a horizontal line.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

LISTA DE PRESENÇAS

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA REALIZADA EM 30/4/2024		
Luís Miguel Matos Garrett	✓	PSD
João Carlos Cavaco Peres	✓	CDU
Francisco José Soares dos Santos	✓	PS
João Filipe de Sousa Pinho Massacote	✓	PSD
Fátima de Jesus Lisboa Gonçalves	✓	PS
Joaquim António Batalha	✓	CDU
Dora Maria Baeta Leitão	✓	CDs
Alexandra Sofia Pinelas da Silva	✓	PS
João Miguel Poças da Cruz Marcelino	✓	CHER
Carla Alexandra Prata	✓	PS
César David Baeta Duarte	✓	PSD
Fernando Balreira	✓	CDU
António Luís Costa Oliveira	✓	BLOCO
Maria João Castanheiro	✓	IL
Nuno Miguel Cardoso Tereso	✓	PS
Elsa Filipa Canastreiro Faria	✓	PSD
Susana Simões da Cunha	✓	CDU
Pedro Moço	✗	—
Carlos Manuel da Encarnação Canelas	✓	PS

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
MONTIJO E AFONSOEIRO

Francisco Santos



Montijo

Saudação

25 de Abril e 1 de Maio

Montijo, 30 de abril de 2024

Hoje, reunimo-nos em comunhão de espírito e coração, para honrar duas datas que ecoam os mais nobres ideais de liberdade, justiça e solidariedade: o 25 de abril e o 1º de maio. São dias que transcendem fronteiras, lembrando-nos que a luta pela dignidade humana é uma busca contínua, uma jornada que requer perseverança e compromisso inabalável.

Há 50 anos atrás, o povo português ergueu-se contra as correntes da opressão e da tirania, num ato de coragem e determinação que ficaria marcado na história como a Revolução dos Cravos. O 25 de abril de 1974 não foi apenas a queda de um regime autoritário, mas sim o renascimento de uma nação sedenta por liberdade. Neste dia, Portugal abraçou o seu destino com as próprias mãos, rasgando as amarras do passado e pavimentando o caminho para um futuro de esperança e democracia.

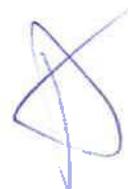
Celebramos não apenas a conquista da liberdade política, mas também o compromisso renovado com os valores que a sustentam. O respeito pelos direitos humanos, a justiça social e a igualdade de

oportunidades são os pilares sobre os quais edificamos a nossa sociedade. E é nosso dever coletivo proteger e fortalecer esses pilares, para que possamos garantir um futuro mais justo e inclusivo para todos os nossos cidadãos.

Ao celebrarmos o Dia do Trabalhador, o 1º de maio, prestamos homenagem àqueles que, com o suor do seu trabalho, constroem o tecido da nossa sociedade. São os trabalhadores, nas fábricas, nos campos, nos escritórios e em todas as áreas da atividade humana, que impulsionam o progresso e o desenvolvimento. E é imperativo que reconheçamos não apenas o seu papel vital, mas também os seus direitos inalienáveis: o direito a condições de trabalho dignas, o direito à segurança no emprego e o direito a uma remuneração justa.

No entanto, também é crucial lembrar que a luta pelos direitos dos trabalhadores não é uma batalha que já tenha sido completamente vencida. Ainda há desafios a enfrentar, injustiças a corrigir e desigualdades a superar. Como comunidade, devemos permanecer unidos na defesa dos direitos fundamentais de todos os trabalhadores, sem exceção.

Neste 25 de abril que passou e o 1º de maio, renovemos o nosso compromisso com os ideais de liberdade, justiça e solidariedade que nos unem como nação. Recordemos o passado com gratidão, enfrentemos o presente com coragem e abracemos o futuro com esperança. Que cada um de nós possa contribuir, de forma significativa, para a construção de um mundo mais justo e humano.



Viva o 25 de abril! Viva o 1º de maio! Viva Portugal!

Obrigado.

O deputado, representante, do Bloco de Esquerda de Montijo, na Assembleia de Freguesia, da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

(António Oliveira)



Contributos para um Montijo melhor

Assembleia de Freguesia

União de Freguesias do Afonsoeiro e Montijo

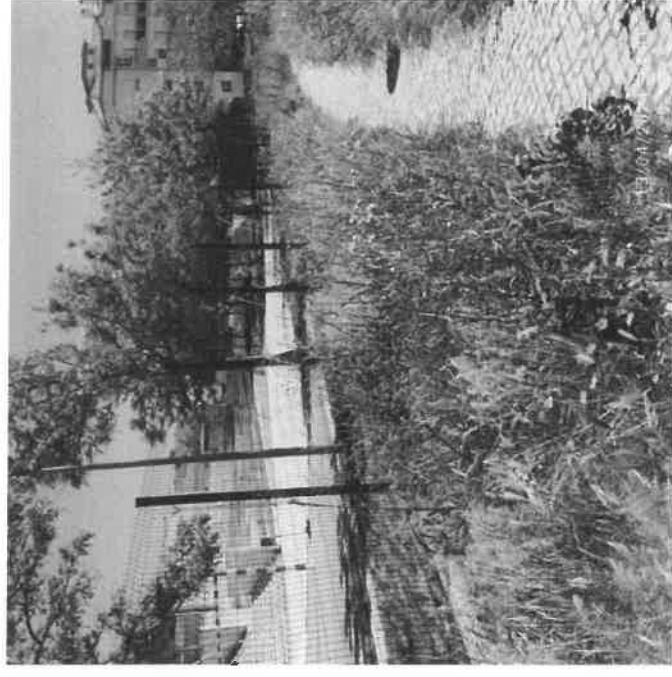
30.04.2024

João Marcelino,
Membro da Assembleia de Freguesia eleito pelo
CHEGA!

Anexo (1)



Junto à Escola Rosa dos Ventos



Em 15.04.2024, ervas com mais de 1m de altura



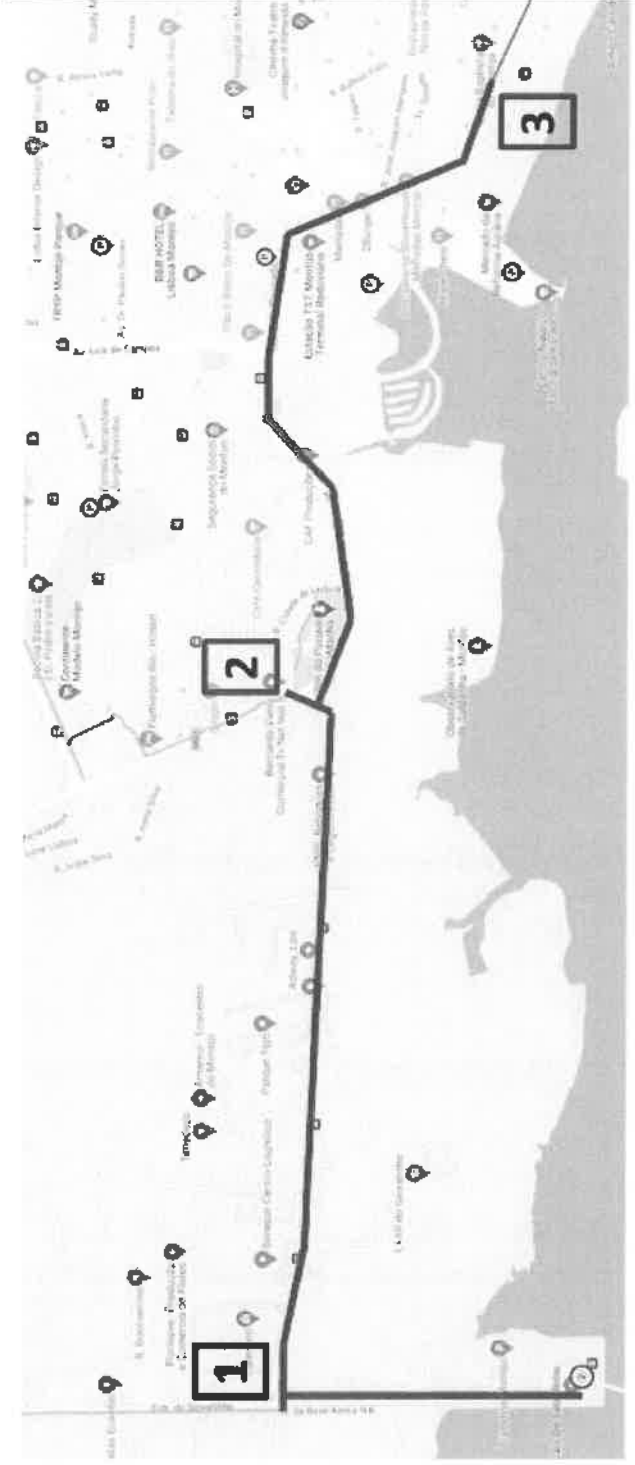
Ciclovias

Considerando a existência de algumas ciclovias no Montijo, algo desligadas do centro e sem ligação ao terminal fluvial, o Concelho devia apostar numa ciclovias estruturante que ligasse todos estes pontos para criar uma rede de ciclovias estruturantes, e ainda introduzir medidas de redução das velocidades e eliminação do tráfego de atravessamento do centro histórico, dos bairros residenciais e junto das escolas.



Ciclovias Cont.

Um bom começo para começar a ligar as ciclovias existentes seria de realizar a seguinte ciclovia, com uma extensão de 4,1 km, que ligaria os pontos estratégicos numa só ciclovia e que concluiria o anel das ciclovias existentes (ver pontos 1, 2 e 3 na seguinte imagem):





Ciclovias (cont.)

Ciclovía a ligar o Terminal Fluvial no Cais do Seixalinho e a Ecovia Montijo - Pinhal Novo.

Esta é a ligação estruturante mais prioritária, pois liga de forma direta e funcional o centro do Montijo, várias áreas residenciais importantes e 3 ciclovias existentes (incluindo a Ecovia Montijo - Pinhal Novo) às duas interfaces de transporte público mais importantes do Concelho: 1. - A estação fluvial no Cais do Seixalinho, e 2 - O Terminal Rodoviário do Montijo. A extensão total é de 4.100 metros, mais os atravessamentos cicláveis de via, a ligar às ciclovias existentes.

A ciclovía deveria ser exclusiva para velocípedes, ter um piso liso, seguro e confortável (por ex. em betuminoso poroso), ter boa drenagem, ser legível (pavimento pigmentado com cor e marcações de ciclovía) e ter uma largura livre e desobstruída nunca inferior a 2,60 m, sendo ladeada por um passeio acessível, liso e confortável, idealmente a uma cota ligeiramente acima da cota da ciclovía (por ex. 8 cm mais alta, e com lancis rampeados a separar as duas) com uma largura livre e desobstruída não inferior a 1,50 metros para peões.

No centro, poderá haver uma ou outra rua mais estreita. A inserção da ciclovía far-se-ia simplesmente removendo o trânsito automóvel e colocando a sinalização de ciclovía adequada à boa legibilidade dos utilizadores.



Circular externa

Foi construída com um propósito, fluir o trânsito no interior da cidade transferindo os carros para o exterior. Atualmente junto ao novo Lidl com a implementação de semáforos o trânsito não flui. Bloqueia em hora de ponta com os peões a ativarem o semáforo.

Propõe-se a instalação de passagem sobreelevada, ficando a utilização dos semáforos para cidadãos com reduzida mobilidade motora.



Pavimentos

Não basta marcar as estradas. Temos estradas na cidade onde temos a marcação visível e um asfalto cheio de crateras (buracos).

Exemplos....zona do Afonsoeiro.



Monos

- **Recolha dos monos na via pública. Não informaram os cidadãos que a responsabilidade passaria para a Junta, em vez da Câmara.**
- **Reforçar a mensagem e disponibilizar numero direto para a solicitação de remoção.**

SAUDAÇÃO**1º de Maio**

No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral exigindo melhores condições de vida e de trabalho, principalmente a redução do horário de trabalho que muitas vezes chegava às 17 horas diárias, sendo reprimidos sem piedade pelas entidades policiais e patronais.

Os reflexos internacionais desta importante luta determinaram a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador. Desde então, o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel determinante nas conquistas das condições laborais.

Em Portugal, o 1.º de Maio só voltou a ser comemorado livremente a partir de 1974, com o fim do regime fascista que reprimia a celebração deste dia. Celebramos este ano os 50 anos desse grandioso 1º de Maio 1974.

O 1.º de Maio representa a luta por direitos e pela justiça social, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego com direitos, por salários e horários dignos. Representa também a unidade, a solidariedade e a fraternidade dos trabalhadores.

Hoje, o país atravessa muitas dificuldades como, os baixos salários, a precariedade, a instabilidade, o brutal aumento do custo de vida, a fragilização das relações de trabalho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Estas situações não são inevitáveis e é possível uma vida melhor no nosso país, com a valorização dos trabalhadores e do trabalho e com o aumento dos salários e das pensões.

Assinalar esta data significa valorizar e dignificar a luta de todos os trabalhadores e das suas organizações representativas que, ao longo destes anos, lutaram pelo direito ao trabalho, por um trabalho com direitos, contra a precariedade e exploração e por melhores condições de vida.

Celebrar o 1.º de Maio é recordar o significado da luta dos operários de Chicago e de todos os trabalhadores em geral.

Os Eleitos da CDU, saúdam o 1.º de Maio, dia Internacional do trabalhador, e o seu significado na vida do povo Português



Saúdam todos os trabalhadores e as suas organizações Sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna com direitos, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

Viva o 1º Maio!

Montijo, 30 de Abril de 2024



Declaração Política

Senhor Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Senhor Presidente do executivo

Restantes Membros do Executivo

Senhoras e Senhores Deputados

Minhas Senhoras e meus Senhores

No passado dia 25 Portugal saiu à rua novamente, saiu como nunca mais o havia feito desde há 50 anos atrás no dia 1º de Maio de 1974, saiu para celebrar a LIBERDADE que Abril lhe deu e não mais quer voltar a perder mas também para gritar bem alto que não permitirá um passo atrás que seja, que não esquece a luta dos que nos ofereceram ABRIL, que manterá viva a luta por todos os que não são ainda verdadeiramente Livres e não viveram o seu 25 de Abril.

A responsabilidade de cumprir Abril é diária, urgente e cada vez mais premente, é de todos nós que hoje respiramos em Liberdade e Democracia e devemos, por isso, contribuir para um Portugal mais Justo, Solidário, Inclusivo, Plural, Progressista e Inovador não permitindo qualquer retrocesso na defesa intransigente dos direitos das mulheres e na luta pela Igualdade de Género, na defesa dos trabalhadores e no apoio às famílias, na proteção dos mais desfavorecidos com a promoção de políticas sociais inclusivas e verdadeiramente justas, na defesa de um Estado Democrático cada vez mais Social e Igualitário assente na Escola Pública, no SNS, na Segurança Social, no direito de todos a uma Habitação Digna, no aumento do investimento nos Serviços Públicos e na afirmação cada vez maior do Poder Local, promovendo políticas de proximidade e de desenvolvimento do interior do País, combatendo a desertificação e apostando na integração das comunidades de imigrantes que nos procuram para viver e trabalhar, acolhendo-os, reconhecendo-lhes o papel absolutamente fundamental no nosso desenvolvimento económico e combatendo a discriminação, a exploração laboral e a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais que sempre exigimos dos que receberam e ainda hoje recebem os nossos emigrantes, sem hipocrisias e fundamentalismos que promovam o ódio e a insegurança, orientados sempre pelos princípios e valores de que é feito o respeito pelo outro e um verdadeiro sentido de humanidade, princípios e valores em que assenta o Partido Socialista.



A consagração do Poder Local Democrático como uma das maiores realizações de Abril de 1974 exige de nós autarcas uma responsabilidade acrescida na defesa e consolidação da nossa Democracia, responsabilidade de que não nos podemos alhear nem tão pouco menosprezar exercendo-o para satisfação de interesses pessoais ou para cultivar egos, é antes de mais um Poder Dever, constitucionalmente consagrado, que pressupõe o dever de garantir e priorizar sempre os interesses próprios das populações respetivas e a dedicação à Causa Pública.

Mário Soares apanhou há cinquenta anos o “Comboio da Liberdade” para, uma vez chegado a Portugal, nos dizer “...é agora ao povo, aos trabalhadores, que compete a tarefa fundamental: organizar a Democracia..” e foi aos trabalhadores que se juntou também na maior manifestação popular de que há memória, no dia 1º de Maio de 1974 para, pela primeira vez em liberdade em Portugal, comemorar o Dia do Trabalhador e declarar: “...foi hoje, foi aqui, que nós destruimos o fascismo. Essa vitória não é de ninguém. Essa vitória é do povo português”.

No ano em que celebraremos também o centésimo aniversário do seu nascimento este é um comboio que nenhum de nós pode perder, é imperioso lutar contra os que ameaçam as conquistas do Povo Português e dos Capitães de Abril na sua “Guerra” feita de Paz onde o único vermelho derramado foi a cor dos cravos com que se vestiram todos os que gritaram nesse dia LIBERDADE, porque ser Livre implica Agir, Fazer Acontecer mas também Impedir que outros destruam o que 50 anos de Liberdade demoraram a alcançar.

Abril é de todos, somos muitos mil mas seremos sempre poucos mil para DEFENDER ABRIL!

.

Viva o 25 de Abril, viva o 1º de Maio!

Montijo, 30 de Abril de 2024.

A bancada do PS

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PCP – PEV



Moção

No quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas ou agregadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo, como se viu no passado dia 25, com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, delibera:

- 1 Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;
- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatórios;
- 5 Dar concretização ao processo de reposição das freguesias agregadas.
- 6 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo
Afonsoeiro

Afonsoeiro, 30/4/2024



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da União das Freguesias Montijo/Afonsoeiro

Exmo. Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias Montijo/Afonsoeiro

Restante Membro do Executivo

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Fregueses

Aqui estamos uma vez mais, a apresentar um dos documentos mais importantes para o executivo da UFMA, o Relatório de Atividades.

A prestação de contas é um dos momentos de maior significado da vida política local, mais ainda nos tempos em que vivemos em que as verbas terão de ser muito bem aplicadas e geridas.

Nele, espera-se que numa forma correta e objetiva se façam comentários e análise, com base nos números alcançados e de toda a atividade, acerca da prestação política da gestão local da freguesia.

Assim, deverá assinalar-se, pelo seu significado e relevância política, administrativa e financeira, a evolução positiva e favorável dos encargos assumidos e das atividades realizadas em 2023 pelo executivo da Junta e que facilmente demonstra uma gestão cada vez mais responsável na defesa da coisa pública dos dinheiros públicos e principalmente numa gestão de proximidade e transparência.

Uma gestão com empenho e dedicação, colocando sempre em primeiro lugar os fregueses e freguesas desta freguesia.

O exercício de 2023 revela que as opções políticas ao nível da receita e da despesa bem como, a responsabilidade do executivo da Junta em servir mais e melhor os fregueses e freguesas da União das Freguesias Montijo/Afonsoeiro foram atingidas e contribuíram para uma freguesia mais solidária, mais coesa, mas sempre e sempre ao serviço de todos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Da análise ao relatório de gestão de 2023, o mesmo apresenta um desempenho orçamental do lado da receita superior a 76%, sendo que se verificou uma evolução na cobrança comparativamente ao ano de 2022, na ordem 24.364,84€.

Na análise da execução orçamental da despesa verifica-se que a UFMA atingiu um volume de despesa, cuja execução ultrapassou os 88,6% das despesas previstas.

Só as despesas com o pessoal representam 24,01% da despesa realizada no ano de 2023.

Os valores de execução orçamental de receita e despesa foram possíveis de alcançar pela excelente gestão realizada pelo executivo da União das freguesias Montijo Afonsoeiro.

É importante destacar que em 31 de dezembro do ano findo a União das Freguesias Montijo/Afonsoeiro não verificava pagamentos em atraso nos termos da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nem atrasos nos pagamentos nos termos da lei nº 62/2013 de 10 de maio. Gostaríamos de salientar também as ausências de dívidas à Autoridade Tributária, Segurança Social e Caixa Geral de aposentações, assim como a ausência de divergências nas reconciliações bancárias, factos que por si reforçam o rigor das contas deste órgão autárquico.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Foi com base na disciplina financeira de uma gestão rigorosa na união das Freguesia Montijo/Afonsoeiro que foi possível apoiar os serviços públicos à população designadamente a escola pública, ação social às famílias carenciadas, a manutenção de algum espaço público o apoio ao movimento associativo, o apoio na hora às escolas a disponibilização do autocarro às escolas, às instituições e ainda às freguesias do nosso concelho. Gostaríamos de salientar que o valor do Orçamento realizado em investimento autárquico totalizou mais de 130.387€.

Mas nesta análise do rigor da disciplina financeira não podemos deixar de fazer referência e especificar as atividades realizadas em 2023 pelo executivo da junta, apoio logístico, financeiro e não financeiro aos clubes, coletividades e associações, via protocolos de colaboração e/ou contratos programa ao abrigo da lei do desenvolvimento desportivo e/ou de âmbito cultural; apoio às escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, no âmbito dos seus planos de atividade e projetos educativos, com destaque nas atividades no dia da criança, pequenas e médias reparações bem como a atribuição de verbas para o expediente e limpeza, aquisição de produtos alimentares a todas as instituições da União das freguesias Montijo/Afonsoeiro, responsáveis pelo apoio alimentar, rega de árvores, reparação e manutenção de vários bancos de jardim, para além da manutenção de brinquedos dos parques infantis, várias parcerias com a CM Montijo, sendo também de dar ênfase o continuado apoio que a Junta de Freguesia tem dado no campo da ação social e saúde.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Os documentos de prestação de contas do exercício de 2023, bem como as atividades desenvolvidas provam bem o excelente trabalho que o executivo desta junta prestou à freguesia e, traduzem uma gestão transparente, de rigor, responsabilidade e verdade, ao serviço dos fregueses e das freguesas.

Finalmente, não seria correto deixar de realçar o esforço e a disponibilidade de todos os trabalhadores desta autarquia, que contribuíram de uma forma direta ou indireta, para o meritório trabalho realizado por este órgão autárquico.

Porque reconhecemos o excelente trabalho que o executivo e os trabalhadores e trabalhadoras desta autarquia têm realizado, estamos convictos, que todos juntos (Executivo, Assembleia de Freguesia, trabalhadores e população), defenderemos sempre o poder local, bem como as políticas de proximidade e acreditamos que iremos contribuir para que a União de Freguesias Montijo/Afonsoeiro seja cada vez mais solidária, mais coesa e atrativa, sempre com o sentimento e preocupação que as pessoas estarão sempre primeiro.

Montijo, 30 de abril de 2024

Os Deputados do Partido Socialista

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**PCP – PEV****Declaração de Voto****Relatório de Actividades e Conta de Gerência Janeiro a Dezembro de 2023**

Em coerência com a posição tomada aquando da discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano /PPI/Orçamento 2023 e Mapa Pessoal para 2023, que foi de abstenção, não iremos votar favoravelmente, também agora, o Relatório de Actividades e Conta de Gerência Janeiro a Dezembro de 2023.

Mas não votaremos favoravelmente este documento em apreço, porque as razões pelo qual o nosso voto não foi favorável na altura se mantêm, nomeadamente:

Nada foi feito para iniciar a criação de uma Estrutura de Serviços Operacionais, que dê resposta rápida às necessidades verificadas e problemas apresentados pela população da Freguesia, com o objectivo principal de rentabilização dos poucos recursos disponíveis.

Ao contrário, é uma autarquia virada para a intermediação entre a recepção dos meios financeiros públicos, para o pagamento de serviços prestados por entidades privadas.

Continuamos sem ter um programa integrado de promoção de desenvolvimento desportivo popular da Freguesia ou municipal, com as nossas escolas, colectividades e associações de apoio aos nossos jovens e idosos.

E apesar do valor investido em serviços de obras e aquisição de bens para parques infantis, continua em falta a construção de um parque infantil inclusivo para crianças com mobilidade reduzida e deficiência, e que vinha descrita nas acções e actividades mais relevantes do documento orçamental para 2023.

A falta de investimento na Unidade Local de Protecção Civil o que demonstra que não houve plano de trabalho e desenvolvimento nesta área.

O fraco investimento da Junta de Freguesia no âmbito do PPI orçamentado, que se fixou nos 61,43% do valor orçamentado pouco mais de 155.000 euros dos 253.240€ orçamentados.

Que só passados dois anos após o acto eleitoral autárquico, se veio a concretizar a transferência de competência e recursos do Município para a União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, com os respectivos constrangimentos funcionais e de recursos que daí adveio, e que na altura chamamos à atenção.

A não concretização do Espaço Cidadão durante o ano de 2023, como alertamos e duvidámos da sua concretização até final de 2023, na discussão do orçamento para o ano de 2023.

Na rubrica de eventos diversos, na demonstração de execução orçamental da despesa, o valor mais importante, relativamente às actividades culturais, 25 de Abril, festas de verão e Natal, não estão discriminados os custos por actividade realizada, mantendo-se tudo num bolo que custou 139.198,54€. Gostaríamos de saber o custo por evento.

Deixamos aqui o repto para que na próxima demonstração de execução orçamental da despesa de 2024, possam vir discriminadas as rubricas por eventos realizados.

Face aos números apresentados, como resultado da Gestão política do PS, iremos tecer algumas considerações.

O grau de Execução Orçamental da receita situou-se nos 76,33%, com destaque para as transferências correntes que registaram uma diferença orçamental de – 68.765€, grande parte da participação comunitária em projectos co-financiados não recebidos.

Mais uma vez o valor orçamentado de venda de bens e serviços no valor de 70.200€, a receita ficou muito aquém do orçamentado, 41,40% - 41.135 €. Uma junta de freguesia como a nossa não pode dar-se ao luxo de não deixar de arrecadar 41.000€uros devido a prejuízos com um evento cultural, a não ser que se considere como um investimento cultural a ser reembolsável num futuro próximo.

De salientar que as receitas próprias da autarquia se situam em cerca de 12% do valor orçamentado e que advêm essencialmente de receitas fiscais, taxas multas e outras aplicações e venda de bens e serviços. Dada a volatilidade destas receitas, dever-se-á ter em atenção cada vez mais o rigor de apresentação de valores orçamentais destas rubricas.

Quanto à análise da execução Orçamental da Despesa, não fora o saldo de gerência do ano anterior, os resultados seriam preocupantes.

Dado o saldo a transferir de 2023 para 2024 de 12.479€, decerto que o rigor orçamental deve ter em atenção esta componente de tesouraria.

A execução da receita fixou-se nos 88,63%, nos 944.591€, e aqui o peso da aquisição de bens e serviços a verificar-se com 35,89% das despesas totais num total de 366.759€. Este valor tem esta importância no orçamento autárquico por opção da política traçada pelo PS na Junta de Freguesia.

Face ao exposto a bancada dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, abster-se-ão na votação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência Janeiro a Dezembro de 2023.

A Bancada da CDU na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro

Afonsoeiro, 30 de Abril de 2024

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO
MINUTA DA ATA Nº 11 /2024
30 | ABRIL | 2024

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária pelas vinte e uma horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM – Relatório de Atividades e Conta de Gerência janeiro a dezembro / 2023.

PONTO DOIS – Inventário de bens, direitos, obrigações patrimoniais da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e respetiva avaliação.

PONTO TRÊS – Alteração ao Regulamento de Utilização do Autocarro da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.

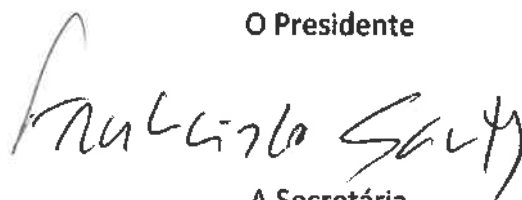
PONTO QUATRO – Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ORDEM DO DIA	DELIBERAÇÕES	VOTAÇÃO		
		APROVADA		R
		U	M	
Ponto Um Proposta nº442/2021-2025	A proposta foi aprovada com onze votos a favor (6 PS, 4 PSD, 1 IL) sete abstenções (4 CDU, 1 BE, 1 CDS, 1 CH) e zero votos contra		X	
Ponto Três Proposta nº444/2021-2025	A proposta foi aprovada com dezassete votos a favor (6 PS, 2 CDU, 4 PSD, 1 CDS, 1 IL, 1 CH, 1 BE) duas abstenções (CDU) e zero votos contra			

U – Unanimidade | **M** – Maioria | **R** – Reprovado

Nada mais havendo a tratar, finalizou a reunião eram 23:50 , da qual se lavrou a presente minuta da ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Francisco José Soares dos Santos e por mim, Vera Ferraz, que a redigi. —

O Presidente



A Secretária

